

Aonde vai a Educação do RS?

Júlio F. Gregory Brunet
Roberto B. Calazans

CALAZANS, Roberto B.; BRUNET, J.F. Aonde Vai a Educação do Rio Grande do Sul? **Gazeta Mercantil**. 28/06/99. Comentários na Coluna “Panorama Econômico”, Denise Nunes, Correio do Povo, dias 25.06.99 e 28.06.99. Disponível na Internet via WWW <http://www.sindaf.com.br/artigos> técnicos.

A educação pública tem sido objeto de preocupação para a sociedade gaúcha. Contraditoriamente, os gastos em educação não cresceram com a elevação da renda estadual e a reforma do atual sistema de ensino tem sido difícil, devido aos interesses envolvidos e à persistente crise fiscal do Estado. São recorrentes as críticas à falta de eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à educação e à queda contínua dos salários dos professores. Enfocando nossa análise sobre esses dois aspectos essenciais, os números obtidos são surpreendentes.

Analisando a evolução dos gastos públicos no RS, por funções orçamentárias, pode-se medir para onde se destinaram os recursos públicos nos últimos 24 anos (1975-1998).

Os gastos em educação foram os que mais perderam participação relativa na repartição do bolo orçamentário. Tomando-se dois períodos como referência, nota-se que a participação relativa média, no período 1975-1978, foi de 25,1% no conjunto total da despesa, reduzindo-se para 13,9%, em 1995-98. Uma queda percentual de 11,2 pontos percentuais no decorrer de 24 anos. Em termos do PIB estadual, a participação era de 2,0%, contra 1,4% em 1995-98, acusando queda de 0,6 pontos percentuais.

Pior: a educação não só perdeu participação relativa, como manteve seu montante de gastos praticamente inalterado. Em 1975-78 despendia-se, em média, R\$ 1 bilhão. Passados vários Governos, o montante de gastos permaneceu praticamente inalterado, mesmo com elevação da renda estadual (Ver Gráfico 1).

Tabela 1
Comparativo das Funções de Governo no Total da Despesa Orçamentária
Médias dos períodos 1995-1998 e 1975-1978

Quem perdeu mais	Part.perc. % 75-78	Part.perc. % 95-98	Perda relativa 95-98/75-78	Quem ganhou mais	Part.perc. %	Part.perc. %	Ganho relativo 95-98/75-78
Educação	25,1%	13,9%	-11,2%	Assistência e Previdência	12,5%	26,6%	14,1%
Energia	3,7%	0,2%	-3,5%	Judiciário e Legislativo	4,2%	9,5%	5,3%
Transporte	8,1%	6,0%	-2,1%	Desenvolvimento Regional	15,5%	18,6%	3,0%
Administração e Planejamento	8,9%	7,2%	-1,8%				
Segurança	9,5%	7,9%	-1,6%				
Total			-21,3%				22,4%

Fonte: Balanços Gerais do Estado

Nota: Nas Funções foram desconsideradas as despesas com juros e amortização da dívida e com o PROES.

O Estado inverteu a ordem de suas prioridades essenciais, canalizando

recursos para Assistência e Previdência e para os Poderes Judiciário e Legislativo, em detrimento da Educação e da Segurança. Ampliaram-se, sobremaneira, os gastos com inativos, cuja participação global na despesa orçamentária cresceu de 12,5% para 26,65%. Nas Funções Legislativa e Judiciária, os gastos saltaram de 4,2% para 9,5%.

No que tange à questão salarial, constitui-se num dos pontos críticos do sistema educacional estadual. O conflito permanente entre os professores estaduais e o Poder Executivo encontra explicação nas distorções existentes na carreira e na remuneração dos docentes.

A evolução do salário docente obedeceu a uma lógica que consiste em compensar salários reduzidos com “penduricalhos”. Dado o peso do pagamento da folha de pessoal docente no orçamento estadual e considerando as dificuldades de atender, no curto prazo, demandas de melhoria salarial, o recurso tradicional tem sido o de conceder esse tipo de vantagem, que distorcem o salário efetivamente pago ao professorado.

Tomando-se como referência a implantação do quadro de carreira, foi elaborada uma série do vencimento básico real a partir dos valores nominais de janeiro de 1974 a dezembro de 1998, utilizando como deflator o IGP-DI mensal da Fundação Getúlio Vargas.

Os principais resultados estão expostos na Tabela 2, em que constam tanto o índice de vencimento básico real, quanto aos valores do vencimento básico a preços de dezembro de 1998. O valor do vencimento básico em 1º de janeiro de 1974 corresponde ao índice igual a 100. Nesta Tabela os índices de vencimento básico real expressam as médias anuais dos índices reais calculados mensalmente que, comparadas ao índice 100, indicam a perda ou o ganho de salário real do magistério estadual, relativamente ao valor real em 1º de janeiro de 1974.

Tabela 2
Evolução do Vencimento Básico Real do Magistério Estadual
Médias Anuais, 1974- 1998

Anos	Salário Real	Valor médio Real
01.01.74	100,0	632
1974	85,7	542
1975	87,2	551
1976	80,7	510
1977	70,1	443
1978	69,2	438
1979	70,6	446
1980	61,4	388
1981	52,1	329
1982	48,6	307
1983	64,6	408
1984	48,5	306
1985	50,4	318
1986	57,8	365
1987	46,8	296
1988	34,4	217
1989	42,5	268
1990	39,3	249
1991	29,4	185
1992	30,2	191
1993	26,8	170
1994	27,4	173
1995	27,2	172

1996	32,0	202
1997	29,3	185
1998	39,9	252

Fonte: Tabelas salariais

Nota a) os valores nominais do vencimento básico incluem abonos, parcelas autônomas ou quaisquer outros valores.

b) deflator: IGP-DI- FGV

c) índice base 100= 01.01.1974

Os dados descritos na Tabela 2 evidenciam a queda progressiva do poder aquisitivo do magistério público estadual, que, em 1998, representa apenas 40% do que valia em 1974. Pode-se supor que a massa salarial total tenha seguido trajetória idêntica, dado que os demais vencimentos são múltiplos do vencimento básico.

Tal tendência histórica torna-se difícil de ser revertida, mesmo com aumentos reais significativos. A solução do problema salarial deve partir do reconhecimento de que a questão é bem complexa e não pode ser alcançada sem alterações na carreira, bem como sem levar em conta a escassez de recursos orçamentários e o quadro de ajustamento das finanças estaduais. Por fim, o Gráfico 1 procura sintetizar visualmente as informações contidas neste trabalho.

Gráfico 1

